

HIDROPOLÍTICA, BIOPODER: COMUNICAÇÃO E SABERES NA GESTÃO DA ÁGUA

HYDROPOLITICS, BIOPOWER: COMMUNICATION AND KNOWLEDGES IN WATER MANAGEMENT

HIDROPOLÍTICA, BIOPODER: COMUNICACIÓN Y SABERES EN LA GESTIÓN DEL AGUA

Vinícius Lauriano Ferreira ¹
viniciuslauriano@uel.br

RESUMO

Compreender as dinâmicas de poder-saber na gestão hídrica é essencial para fortalecer práticas democráticas. Este artigo analisa a esfera pública hidropolítica de Bauru/SP, utilizando referencial foucaultiano para investigar como regimes de verdade influenciam discursos sobre a água. A pesquisa envolveu entrevistas com representantes do poder público, sociedade civil e moradores, além de reportagens do telejornalismo local. Os resultados mostram disputas de saberes, desigualdades sócio-epistêmicas e predominância de uma visão mercantil da água, marginalizando conhecimentos experienciais. Hierarquias afetam a legitimação de práticas e impactam decisões e processos comunicativos, ressaltando o papel central da comunicação na reprodução ou contestação dessas dinâmicas rumo a uma governamentalidade hídrica realmente diversa e justa.

Palavras-chave: Gestão hídrica. Poder-saber. Comunicação pública.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), é professor adjunto do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

ABSTRACT

Understanding power-knowledge dynamics in water management is essential to strengthening democratic practices. This article analyzes the hydropolitical public sphere of Bauru/SP, using a Foucauldian framework to examine how regimes of truth shape discourses about water. The research involved interviews with representatives of the public sector, civil society, and residents, as well as analysis of local television news reports. The findings reveal disputes over knowledge, socio-epistemic inequalities, and the predominance of a market-oriented view of water, which marginalizes experiential knowledge. These hierarchies affect the legitimation of practices and influence decision-making and communication processes, highlighting the role of communication in reproducing or contesting these dynamics toward a diverse and just water governance.

Key words: Water management. Power-knowledge. Public communication.

RESUMEN

Comprender las dinámicas de poder-saber en la gestión hídrica es fundamental para fortalecer la democracia. Este artículo analiza la esfera pública hidropolítica de Bauru/SP, utilizando un marco foucaultiano para investigar cómo los regímenes de verdad influyen en los discursos sobre el agua. La investigación incluyó entrevistas con representantes del poder público, sociedad civil y residentes, además del análisis del periodismo televisivo local. Los resultados muestran disputas de saberes, desigualdades socioepistémicas y la predominancia de una visión mercantil del agua, que margina los conocimientos experienciales. Estas jerarquías afectan la legitimación de prácticas e impactan decisiones y procesos comunicativos, destacando el papel de la comunicación en la reproducción o contestación de estas dinámicas hacia una gobernanza hídrica diversa y justa.

Palabras clave: Gestión hídrica. Poder-saber. Comunicación pública.

1 INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo das mudanças climáticas, a intensificação das intervenções humanas sobre a natureza tem produzido sua entrada inevitável na política. Tal inflexão implica reconhecer que os desafios ambientais, como aqueles relacionados à água, mobilizam em sua tomada de decisão não apenas dimensões técnico-científicas, mas também processos comunicacionais atravessados por relações de poder, disputas de saber e regimes de verdade que condicionam a forma como esses problemas são percebidos, enunciados e governados.

Nesse cenário, a água se apresenta como um objeto privilegiado de análise, na medida em que articula materialidade, universalidade de consumo e complexos sistemas de mediação técnica e institucional. Investigar sua produção, distribuição e uso demanda compreender como diferentes racionalidades englobam arranjos de controle, formas de pensar e definir a água e mecanismos que orientam simultaneamente sua gestão e os comportamentos dos usuários, configurando identidades e representações específicas desse recurso (Hellberg, 2018).

Partindo desse pressuposto, pensar os ciclos hidrossociais da água deve ser considerado hidropolítica, a qual se constitui como campo estratégico de biopolítica, no qual a regulação da vida se realiza por meio de dispositivos que articulam conhecimento, controle e produção de verdades. Assim, a hidropolítica pode ser compreendida como um espaço de disputa entre diferentes regimes de verdade — científicos, institucionais e experienciados — que buscam legitimar formas específicas de intervenção sobre os corpos, os territórios e os modos de vida. Nesse processo, a comunicação desempenha papel central, seja como medium na relação entre atores, seja como instância de produção e circulação de discursos políticos, científicos e culturais (Garde-Hansen, 2021).

É nesse âmbito que se insere a presente pesquisa, cujo objetivo é analisar as conexões e tensões entre poderes-saberes na esfera pública hidropolítica da cidade de Bauru/SP, considerando o contexto de escassez e limitação dos recursos hídricos. Ao focalizar as percepções de diferentes atores — incluindo representantes do poder público, membros da sociedade civil, moradores e mídia local —, busca-se compreender como se

configuram as dinâmicas comunicacionais que sustentam ou tensionam a gestão da água na cidade, bem como suas implicações para a construção de estratégias comunicativas que proporcionem uma gestão hídrica realmente democrática e plural.

A escolha de Bauru/SP como estudo de caso justifica-se por episódios recorrentes de escassez hídrica nos últimos dez anos, ainda que a cidade esteja entre três bacias hidrográficas e tenha acesso facilitado a dois aquíferos (Barbati, 2025). Tal condição transforma o município em um espaço privilegiado para observar as fricções entre diferentes formas de conhecimento e as desigualdades na legitimação de saberes, evidenciando como determinados discursos se impõem como verdadeiros em detrimento de outros, revelando-se como um problema de ordem comunicacional e democrática.

Para a consecução do objetivo proposto e seus desdobramentos, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, baseada na realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade com 14 participantes pertencentes aos três segmentos sociais citados acima, bem como na análise de conteúdo de reportagens telejornalísticas sobre o abastecimento de água no município, veiculadas entre 2014 e 2024. A interpretação dos dados foi orientada por três categorias analíticas: (1) disputas ontológicas, referentes às diferentes concepções sobre a água e seus usos; (2) conhecimento e memória locais, relacionados à valorização das experiências cotidianas e saberes situados; e (3) desigualdades sócio-epistêmicas, que dizem respeito aos processos de hierarquização e deslegitimação de determinados conhecimentos.

Os resultados evidenciam que a comunicação pode atuar tanto como mecanismo de reprodução de assimetrias quanto como espaço potencial de contestação e reconfiguração das relações de poder. Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão da gestão da água como um processo que envolve não apenas dimensões técnicas, mas também práticas comunicacionais e dispositivos de governabilidade que estruturam a vida coletiva. No percurso do artigo, são retomadas contribuições teóricas relevantes ao campo, com ênfase nas relações entre poder, saber e comunicação; a metodologia adotada é detalhada; os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos à luz da literatura; e, por fim, as considerações finais sintetizam os principais

achados, reconhecem as limitações do estudo e apontam possibilidades para investigações futuras.

2 MARCO REFERENCIAL

A consideração dos diferentes saberes das populações acerca da água amplia e complexifica a compreensão dos sistemas de abastecimento e das tecnologias a eles associadas, ao deslocar o foco de uma abordagem estritamente técnico-científica para um campo atravessado por experiências, práticas e processos de subjetivação. Nesse sentido, este trabalho distingue saber e conhecimento a partir de uma leitura foucaultiana, segundo a qual o conhecimento se refere aos discursos sobre objetos julgados cognoscíveis, enquanto os saberes são o processo de modificação sofrida pelo sujeito em sua atividade de conhecer (Revel, 2005, p. 77). Tal distinção permite compreender como os indivíduos produzem discursos sobre si mesmos e passam a constituir suas próprias vidas como campo de incidência de dispositivos de poder.

No campo da gestão hídrica, investigações empíricas têm evidenciado que os saberes relacionados à água, ao seu abastecimento e consumo não podem ser reduzidos à categoria de um público supostamente leigo. Ao contrário, tais saberes são produzidos em contextos específicos de interação com instituições que, frequentemente, limitam a participação social a mecanismos consultivos ou campanhas educativas, sem possibilitar a deliberação efetiva sobre decisões que impactam diretamente os modos de vida (Hellberg, 2018). Esses arranjos configuram formas particulares de governabilidade, nas quais a comunicação opera como instrumento de gestão e controle, ao mesmo tempo em que produz e reproduz regimes de verdade sobre o uso da água.

Esses saberes se constroem, em grande medida, da experiência cotidiana e das relações concretas estabelecidas com a água, frequentemente desvinculadas de referenciais técnicos da hidrologia ou da engenharia. A definição da água — seja como recurso, bem comum, substância ou entidade relacional — revela-se, assim, menos uma questão estritamente técnica e mais um problema epistemológico, cultural e político. A literatura indica que a consolidação de um paradigma moderno da água esteve associada a processos de abstração, quantificação e descontextualização de seus significados

sociais, produzindo uma ontologia que privilegia sua mensuração e gestão técnica em detrimento de suas dimensões simbólicas e relacionais (Linton, 2010). Tal processo pode ser compreendido, à luz de Foucault (2014, p. 218), como a constituição de um campo de objetos e rituais de verdade que engendram determinados regimes de conhecimento e indivíduos a partir dela.

Essa ontologia moderna tende a invisibilizar a diversidade de relações historicamente estabelecidas entre sociedades e águas, que incluem dimensões espirituais, territoriais, ecológicas e comunitárias. Contudo, tal perspectiva tem sido progressivamente tensionada por abordagens que defendem a pluralização das águas, reconhecendo a existência de múltiplas ontologias que variam conforme contextos sociais, culturais e políticos (Linton, 2022). Esse deslocamento implica não apenas uma revisão epistemológica, mas também disputas concretas sobre quem detém a autoridade para definir o que é a água e como ela deve ser governada (Linton e Pahl-Wostl, 2023), evidenciando a centralidade das relações de poder-saber nos processos comunicacionais que estruturam a gestão hídrica.

Esse quadro salienta a inadequação de se reduzir a água à condição de commodity, uma vez que tal enquadramento reforça dispositivos de controle que inscrevem a vida no campo da regulação técnica e econômica (McGregor; Sritharan; Whitaker, 2023). A incorporação do biológico ao político, conforme discutido por Foucault (2023, p. 133), permite compreender como a gestão da água se articula a estratégias de biopoder que incidem diretamente sobre os corpos e populações, orientando comportamentos, práticas e formas de governamentalidade. Assim, a governabilidade hídrica se realiza por meio de dispositivos que mobilizam discursos de responsabilidade, normas de conduta e mecanismos de interiorização de valores, frequentemente mediados por práticas comunicacionais.

Pesquisas recentes têm apontado que a transformação desse quadro exige o reconhecimento das experiências e narrativas das comunidades como formas legítimas de produção de conhecimento (McEwen et al., 2022). Nesse sentido, processos de coprodução de saberes, como a construção participativa de cenários, têm sido destacados como estratégias capazes de articular diferentes racionalidades e promover aprendizagens coletivas. Tais abordagens enfatizam que os conhecimentos comunitários

estão profundamente enraizados em memórias, práticas cotidianas e experiências vividas, sendo fundamentais para a construção de capacidades adaptativas em contextos de crise hídrica.

A utilização de narrativas e práticas de storytelling emerge, nesse contexto, como recurso metodológico relevante para traduzir questões complexas em termos acessíveis e significativos, além de possibilitar a expressão de dimensões da experiência que escapam à quantificação. Ao valorizar esses saberes, possibilita-se captar todo o valor e legitimidade do conhecimento detido pelos indivíduos e comunidades, considerando que cada pessoa possui experiências únicas moldadas pelos fatores de identidade e subjetivação, que coexistem na esfera pública (Nuechterlein; Boyle; Illes, 2024).

Estudos empíricos que adotam abordagens narrativas demonstram que as chamadas hidromentalidades configuram formas específicas de identidade, representação e materialidade da água, sendo marcadas por relações dialéticas nas quais perspectivas hegemônicas tendem a deslegitimar outras formas de compreender e vivenciar esse recurso (Hellberg, 2018). Essas tensões constituem o tecido hidropolítico, entendido como uma rede de relações na qual o poder circula e se exerce de maneira concatenada, atravessando discursos, práticas e indivíduos (Foucault, 1980, p. 98).

Nesse contexto, a própria noção de escassez revela-se como construção discursiva plural. Em nível institucional, opera como dispositivo regulatório que mobiliza comportamentos sob a lógica da iminência da falta, produzindo narrativas de responsabilização que incentivam a autogovernança dos sujeitos (Reid, 2018). Tais processos evidenciam como os indivíduos internalizam normas e expectativas sobre o uso adequado da água, frequentemente em contraste com representações negativas atribuídas a outros grupos, o que reforça dinâmicas de distinção e controle social.

Ao incorporar os testemunhos de usuários, Hellberg (2018) indica que fenômenos como escassez, desperdício e qualidade do abastecimento não podem ser compreendidos a partir de parâmetros universais, devendo ser situados em contextos marcados por desigualdades sociais e epistêmicas. Essa perspectiva converge com a noção de ciclo hidrossocial, que compreende água e sociedade como mutuamente

constitutivas, que se criam e recriam mutuamente no tempo e no espaço, enfatizando a inseparabilidade entre processos materiais e simbólicos.

Dessa forma, a fundamentação teórica aqui mobilizada permite compreender a gestão hídrica como um campo no qual se articulam comunicação, poder e saber, evidenciando a centralidade dos regimes de verdade e dos dispositivos de governabilidade na produção e regulação das relações sociais com a água. Ao enfatizar essas dimensões, o estudo se propôs a analisar os processos comunicacionais que atravessam a hidropolítica, a partir da metodologia descrita a seguir.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolveu uma abordagem qualitativa voltada à análise das conexões e tensões entre relações de poder-saber na esfera pública hidropolítica da cidade de Bauru/SP. Tal estudo de caso proporcionou um contexto relevante para observar como diferentes regimes de verdade se articulam na produção, circulação e legitimação de discursos sobre a água. A análise do caso considerou as respostas produzidas localmente para enfrentar os desafios da gestão hídrica, bem como suas implicações para processos comunicacionais mais amplos.

Por razões metodológicas, estruturou-se a esfera pública hidropolítica bauruense em quatro eixos interconectados, definidos pelos diferentes modos de inserção nos processos de governabilidade. O primeiro eixo incluiu agentes do poder público municipal, representantes da esfera executiva, legislativa e da autarquia responsável pela gestão hídrica na cidade (Departamento de Água e Esgoto – DAE). Os entrevistados foram selecionados com base na lista de depoentes da Comissão Especial de Inquérito da Câmara de Vereadores de Bauru, que investigou a aplicação do Plano Diretor de Águas do Município em 2021 (Bauru, 2021), permitindo acessar discursos que operam como referenciais de verdade no âmbito estatal.

O segundo eixo mapeou iniciativas da sociedade civil municipal ligadas à água, incluindo Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e entidades representativas dos grandes usuários urbanos, rurais e setores produtivos. A seleção limitou-se a atores com experiência em instâncias deliberativas municipais, de modo a

captar percepções sobre comunicação pública, participação e disputas por reconhecimento de saberes. O terceiro eixo abordou usuários domésticos da água, considerando a diversidade de formas de abastecimento na cidade: regiões atendidas por águas superficiais, subterrâneas, condomínios horizontais de alto padrão e áreas sem acesso formal ao abastecimento. Incluiu presidentes de associações de moradores, representantes de bairros nos órgãos colegiados municipais, síndicos moradores de residenciais e líderes de ocupações, permitindo observar processos de subjetivação e autogovernança em contextos desiguais.

O quarto eixo analisou a mídia local, entendida como instância de produção e circulação de discursos que influenciam a percepção pública e a constituição de regimes de verdade sobre a água. Foram levantadas e armazenadas todas as reportagens televisivas sobre o abastecimento hídrico em Bauru, veiculadas entre 2014 e 2024 em telejornal de ampla audiência regional (TEM Notícias 1ª Edição). O recorte temporal abrange um período marcado por episódios recorrentes de escassez e racionamento, permitindo observar continuidades e inflexões nos modos de narrar e problematizar a questão hídrica. Após critérios de seleção e exclusão, o corpus final totalizou 337 reportagens, somando mais de 27 horas de material audiovisual.

Foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas em profundidade, distribuídas entre os três primeiros eixos: poder público (sete), sociedade civil (três) e representantes de moradores (quatro). A participação enfrentou limitações de disponibilidade e adesão, especialmente entre representantes do setor produtivo. Ainda assim, o conjunto obtido permitiu identificar padrões relevantes nas relações entre saberes e poderes e nas formas de enunciação dos problemas e soluções ligados à água.

As entrevistas e o material midiático foram interpretados por meio de Análise de Conteúdo, com categorias construídas a partir do diálogo entre o referencial teórico e os dados empíricos. Esse procedimento permitiu organizar os conteúdos em conjuntos temáticos, seguindo critérios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade analítica (Duarte, 2006; Bardin, 1977). A operacionalização das categorias evidenciou como os discursos analisados participam da reprodução ou contestação de assimetrias de poder-saber na gestão hídrica local.

Em função dos propósitos deste artigo e das limitações de espaço, são apresentadas três categorias de análise, de um conjunto mais amplo elaborado na pesquisa:

Categoria 1) Disputa de ontologias: refere-se às diferentes formas pelas quais os atores definem e significam a água, evidenciando conflitos entre concepções que a compreendem como recurso técnico, bem comum, direito, mercadoria ou elemento vital.

Categoria 2) Conhecimento e memória locais: Conhecimento e memória locais: diz respeito à valorização dos saberes produzidos a partir da experiência cotidiana, das memórias individuais e coletivas e das práticas sociais relacionadas à água.

Categoria 3) Desigualdades sócio-epistêmicas: aborda os modos pelos quais diferentes formas de conhecimento são hierarquizadas, legitimadas ou deslegitimadas, evidenciando assimetrias nas relações de poder-saber.

A análise das categorias permitiu compreender as dinâmicas comunicacionais que atravessam a hidropolítica local, evidenciando mecanismos de produção de consensos, conflitos e exclusões. Conforme o termo de consentimento firmado, os participantes não serão identificados nominalmente, sendo referidos por números. Recursos de inteligência artificial generativa foram usados pontualmente em etapas operacionais, com revisão crítica do autor, garantindo integridade analítica, rastreabilidade das referências e respeito aos princípios éticos da pesquisa.

4 RESULTADOS

A presente seção apresenta os resultados das análises qualitativas das entrevistas e do corpus midiático. A exposição privilegia a descrição dos achados empíricos, organizados a partir das três categorias analíticas citadas. A discussão desses resultados será aprofundada na seção subsequente.

4.1 Categoria 1. Disputa de ontologias

As análises mostram que a água, no contexto investigado, é definida de formas concorrentes, expressando racionalidades que orientam a comunicação, as práticas e as decisões. As entrevistas e reportagens identificam três matrizes ontológicas: técnica, mercantil e experiencial.

A ontologia técnica se destaca nos discursos institucionais e na mídia. Para gestores e técnicos, a água é tratada como um sistema a ser monitorado, regulado e otimizado. Um ex-presidente do DAE questiona, por exemplo, os limites da extração subterrânea: “Em termos de ciência e tecnologia, nós vamos ter que começar a pensar: quantas horas de descanso um poço tem que ter pra ele recompor?” (Entrevistado 2). No jornalismo, essa visão é recorrente, valorizando indicadores de produção, funcionamento de equipamentos e níveis de reservatórios: “REPÓRTER: O [cinigrafista] fez imagens das três bombas de captação que a gente confere agora. Uma delas foi desligada, ou seja, a produção de água aqui que abastece 40% da cidade de Bauru caiu em um terço” (Reportagem de 15/08/2019).

Paralelamente, se destaca a ontologia mercantil. Nessa visão, a água é um produto a ser captado, tratado e distribuído, como afirma um diretor/ex-diretor do DAE: “[A água] é o principal produto para o DAE: a gente capta e distribui a água para a população. [...] Para nós é uma mercadoria, entre aspas” (Entrevistado 1). Essa lógica aparece nos debates sobre concessão à iniciativa privada, como sintetiza outro diretor/ex-diretor do departamento: “Hoje, infelizmente, o DAE está passando por um processo de concessão do esgoto [à iniciativa privada], mas [...] a água também irá entrar na concessão. Uma grande tragédia para a cidade” (Entrevistado 4). Os discursos revelam uma abordagem voltada à eficiência econômica, sustentabilidade financeira e reorganização institucional.

Em contraste com essas matrizes, a ontologia experiencial aparece de forma dispersa, mas significativa. Ela associa a água a dimensões afetivas, existenciais e comunitárias, como no relato de um trabalhador ribeirinho: “Cuidar. Isso daqui é uma casa nossa, é nosso rio, nosso futuro. Água é o que a gente precisa” (Reportagem de 19/11/2020). Corroboram um representante de ocupação: “um direito de todo ser humano, [...] o mínimo de dignidade” (Entrevistado 11) e o representante de bairro abastecido

por água superficial: “água é tudo, água é vida pra todos [...] É uma coisa básica: precisamos da água, não tem como” (Entrevistado 12). O representante dos moradores de bairros abastecidos por águas subterrâneas exemplifica:

Lá na Vila Dutra tem [...] uma água que sai de uma mina. Só que [...] é uma mina a céu aberto, não está protegida. [...] Quando você vê famílias lá com baldes, tambores, pegando água lá, é porque elas estão com a água cortada. [...] Pra mim, corta o meu coração (Entrevistado 13).

A análise revela que essa perspectiva tende a ser marginalizada nos circuitos institucionais e midiáticos. A coexistência dessas ontologias revela disputas em que definições da água competem por legitimidade. As racionalidades técnica e mercantil predominam, enquanto os saberes experienciais surgem como contraponto, ligados a vulnerabilidade e escassez. Essa assimetria sugere que certos conhecimentos são privilegiados na tomada de decisão e nos discursos públicos, influenciando a governamentalidade hídrica.

4.2 Categoria 2. Conhecimento e memória locais

Os resultados desta categoria mostram que memória e experiência são centrais nos saberes sobre a água em Bauru. Mobilizar narrativas sobre episódios de escassez foi eficaz para acessar dimensões subjetivas e afetivas normalmente ocultas frente aos saberes técnicos/mercantis. Um achado relevante foi a convergência discursiva entre atores de diferentes posições sociais e institucionais ao rememorar experiências concretas. Mesmo os técnicos recorreram a registros emocionais e narrativos, descrevendo situações de escassez como sofrimento, improvisação e solidariedade, como esse diretor/ex-diretor do DAE:

Quando no bairro que eu moro ainda não havia poço perfurado [...] você via a pessoa idosa, alguns acamados e sem água, para necessidades básicas. [...] Então a gente que criava um grupo, com os mais novos, ou buscavam em poços que tinham, quem tem carro, a gente criou uma corrente de apoio (Entrevistado 7).

O representante das ocupações relatou situação semelhante:

A dificuldade de água [...] no início dessa ocupação, ela foi tão grande que, assim, literalmente as famílias não tinham água nem para beber. [...] Quem tinha seus carros, a gente saía pedindo água aqui na vila [vizinha] (Entrevistado 11).

Os relatos mostram que, em crises, as fronteiras entre saber técnico e experiencial se tornam permeáveis, abrindo espaço para conhecimentos baseados na vivência. Práticas como redes informais de abastecimento evidenciam repertórios coletivos de enfrentamento da escassez, frequentemente acionados diante da ausência ou insuficiência de respostas institucionais. Essas experiências atravessam diferentes segmentos sociais, ainda que com intensidades e consequências distintas.

Outro ponto destacado foi a fragilidade da memória institucional. Entrevistados apontaram a rotatividade de gestores como fator que dificulta o acúmulo de aprendizados. Essa desarticulação prejudica a resposta a crises recorrentes, pois impede a transmissão de conhecimentos, como resume um ex-presidente da autarquia: “As memórias acabam sendo picotadas [...] Quantos presidentes do DAE nós tivemos nessa última administração? Se não me engano, oito. Não é possível” (Entrevistado 3). A falta de memória institucional robusta contrasta com a persistência das memórias individuais e comunitárias, mantidas por narrativas e experiências compartilhadas, porém deslegitimadas, como aponta um representante de ONG de preservação municipal: “Não, não são [aproveitadas]. [Em Bauru, se] errou uma vez, vai errar a dois, vai errar a três. A população vai sofrer novamente. Ou seja, não existe o aprendizado” (Entrevistado 9).

Observou-se também uma ambiguidade no uso dos saberes experienciais, pois eles podem ser usados para reforçar a responsabilização individual, desviando o foco de soluções estruturais para estratégias de domesticação de comportamentos. Essa tensão aparece em discursos que valorizam autonomia e resiliência, mas que também podem despolitizar a questão hídrica, como reflete um representante de moradores de bairros abastecidos por água superficial:

Há dois ou três anos atrás, tivemos uma crise onde ficou cinco dias sem uma gota d'água. [...] Eu emendei uma mangueira na outra, comprei um adaptador de mangueira, eu jogava a mangueira por cima do muro, [...] pro vizinho tentar abastecer um pouco a caixa d'água dele [...]. Então, o que acontece: coloquei a caixa d'água, adaptei;

outros vizinhos fizeram [...] Hoje, se falta água, eu vou ter água por mais tempo do que outras pessoas, ok? Talvez eu não fique ligando lá [no DAE], pedindo caminhão-pipa [...]. Eles não podem ficar na zona de conforto. Quando eles estiverem na zona de conforto, eles não vão fazer nada (Entrevistado 12).

4.3 Categoria 3. Desigualdades socio-epistêmicas

A análise desta categoria revelou hierarquias na legitimação dos saberes sobre a água, fortemente associadas a clivagens de classe. Discursos de diferentes eixos indicam associações entre nível socioeconômico e uso responsável da água, desqualificando as populações de baixa renda.

Tais representações surgem em falas de gestores, sociedade civil e moradores de condomínios fechados, indicando um regime de verdade que relega às classes populares a responsabilidade por práticas inadequadas. Diz um ex-presidente do DAE: “A população de classe baixa tem menos cuidado com a preservação da água, menos informação” (Entrevistado 3). Reforça um representante de ONG de preservação: “A conscientização do pessoal um pouco mais instruído foi melhorando com o tempo. Porém, a conscientização das classes menos favorecidas necessita de um approach diferente” (Entrevistado 9). Um representante de moradores de condomínios de alto padrão aponta: “Às vezes algumas pessoas – vamos supor, minha secretária [empregada doméstica] – se você não ficasse em cima dela, ela ficava no celular conversando e ficava com a água assim [desperdiçando]” (Entrevistado 14).

A cobertura midiática reforça essa perspectiva ao destacar perfis sociais nas narrativas sobre economia de água e construir estereótipos: “ÂNCORA: Impressionante, o nível que chegou ali a represa do rio Batalha. [...] Hoje de manhã mesmo, até o seu Otávio, que é pedreiro, disse que o importante é economizar” (Reportagem de 14/10/2014).

Outro aspecto relevante é a vivência desigual da escassez no território. Relatos mostram que regiões com melhor infraestrutura e maior poder aquisitivo sofrem menos com crises hídricas; já áreas periféricas e assentamentos irregulares enfrentam maior vulnerabilidade no acesso à água. Afirmam um diretor/ex-diretor da autarquia:

Quando a gente tem algum problema de manutenção numa região mais nobre, o impacto é menor do que numa região onde tem pessoas

mais carentes, até por conta das condições da habitação delas [...] O consumo [em uma região carente] é maior, tem uma casa menor, sem reservação, uma família maior. [...] Tanto é que a gente estava tentando viabilizar um programa para fornecer caixa d'água para essas famílias. Mas não conseguiu viabilizar por causa da dificuldade de que você não sabe como é que está a estrutura da casa da pessoa, [...] e também para você simplesmente deixar a pessoa retirar, você não sabe se ela vai fazer o uso adequado do [reservatório] (Entrevistado 1).

O trecho sintetiza três aspectos: (i) desigualdade epistêmica, associada à dificuldade de as camadas de baixa renda de conservarem água (“família maior”); (ii) dimensão moral, marcada pela dúvida sobre o uso adequado do reservatório; e (iii) de responsabilização, que eximem o poder público da obrigação de fornecer água.

A ligação irregular (os “gatos”) também é central nas disputas discursivas. Discursos institucionais e midiáticos a enquadram como prática ilegal de certos grupos, enquanto moradores a veem como estratégia de sobrevivência: “ERIC FABRIS (presidente do DAE): [N]o bairro Aimorés [...] temos um problema de assentamento de sem-terras ali por perto, que podem estar ‘gateando’ a água, desviando a água do DAE sem o nosso conhecimento” (Reportagem de 19/09/2017). Em contraponto, relata um morador:

O [nome da ocupação] hoje ele é abastecido por um gato, né? Um gato muito bem feito, por sinal. [...] A gente fazia um gato, daí vinha ali [o DAE], desligava, então a gente teve um processo bem dificultoso aqui com a falta d'água. [...] Hoje, graças a Deus, a gente tá com um gato aí, mas a gente sofre o problema da falta d'água igual toda cidade (Entrevistado 11).

Essa divergência mostra diferentes regimes de verdade sobre o mesmo fenômeno, revelando como comportamentos são interpretadas conforme a posição social dos sujeitos. A análise também aponta privilégios estruturais no acesso à água, reconhecidos pelo representante dos moradores de condomínios de alto padrão:

Sim, tem [bairros privilegiados]. Eu não sei dizer os bairros, mas tem bairros que certamente tem [negligência]. Às vezes passa até na TV [...] que não tem água de dias. [...] Mas nós [...] nunca tivemos essa questão de ficar dias sem ter água (Entrevistado 14).

A instalação de poços privados e maior estabilidade no abastecimento reforçam a ideia de que a gestão hídrica não se distribui de maneira equitativa, reproduzindo

desigualdades sociais, como afirma um ex-prefeito: “Em Bauru nós temos uma divisão: já existem pessoas encasteladas em condomínios. Cada um deles possui seus próprios poços” (Entrevistado 5). Os resultados desta categoria mostram que saberes sobre uso, desperdício e responsabilidade hídrica são mediadas por relações de poder na estrutura social. A legitimação de certos saberes mantém assimetrias e limita a inclusão de perspectivas diversas nos processos decisórios e comunicacionais.

5 DISCUSSÃO

Por fim, sob o enfoque foucaultiano da gestão hídrica proposto por Hellberg (2023), os achados mostram que a gestão dos saberes sobre o abastecimento urbano em Bauru é atravessada por relações de poder, nas quais práticas técnicas e sociais se entrelaçam sob regimes de verdade. A literatura evidencia que esses regimes não apenas descrevem, mas produzem a realidade, ao definir quais saberes são legitimados ou marginalizados nos processos de decisão e comunicação.

Primeiramente, destaca-se a desigualdade e hierarquia do tecido social bauruense, como mostram os resultados da categoria 3. Diferenças no acesso à água, ligadas a fatores socioeconômicos e territoriais, produzem experiências distintas de escassez e assimetrias na exposição dos problemas, em correlação ao apontado por Hellberg (2018). A associação entre pobreza e ignorância, presente nos discursos e reforçada pela mídia local, atua como mecanismo de deslegitimação de saberes experienciais únicos (Brancazio e Levy, 2024), consolidando um regime onde vozes são desautorizadas e outras recebem autoridade epistêmica.

A hierarquização gera acusações entre grupos sociais, cada segmento atribuindo responsabilidades pela crise hídrica uns aos outros. Práticas como captação irregular por populações vulneráveis e perfuração de poços por setores mais abastados evidenciam conflitos materiais e disputas simbólicas sobre legitimidade e direito ao uso da água. Técnicos da autarquia têm dificuldade em reconhecer as injustiças no abastecimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, tendência confirmada por estudos no Brasil (Souza, Fracalanza e Côrtes, 2025). A fragmentação social e a desconfiança dificultam a

construção de uma esfera pública capaz de articular interesses comuns, desviando o foco de questões estruturais da gestão.

A fragmentação impacta a prática técnica da autarquia de abastecimento, que opera com racionalidade autocentrada e pouco permeável aos saberes cotidianos (Turner, 2014). Isso reforça a ontologia mercantil da água, concebendo o abastecimento como produção e distribuição de um bem, em detrimento de sua dimensão sociopolítica (Linton, 2010). Conforme os resultados da categoria 1, essa perspectiva orienta tanto o discurso institucional e a mídia, centralizando temas como tarifas e consumo, enquanto justiça hídrica e desigualdades de acesso são secundarizadas (McGregor, Sritharan e Whitaker, 2023).

Os debates sobre a possível concessão dos serviços à iniciativa privada ganham importância não só administrativa, mas como disputa entre diferentes racionalidades de governamentalidade, como também aponta a literatura sobre a privatização da Sabesp (Pollachi, Peixoto e Alves, 2025). A lógica mercantil reforça a separação entre água e vida social e obscurece suas várias dimensões históricas para a cidade de Bauru (Empoçados, 2023). Ao privilegiar cálculos instrumentais, essas abordagens podem ampliar o distanciamento entre gestão técnica e experiências sociais, afetando a legitimidade das políticas públicas (Linton e Pahl-Wostl, 2023).

A discussão destaca a pouca integração dos saberes experienciais na gestão hídrica local. Embora os resultados da categoria 2 evidenciem a riqueza das narrativas e memórias sobre escassez (Garde-Hansen, 2021), esses conhecimentos raramente são incorporados nas decisões da gestão. A memória institucional frágil, agravada pela alta rotatividade de dirigentes, leva à descontinuidade e repetição de respostas pouco eficazes. A falta de mecanismos que articulem escalas de conhecimento — técnico e cotidiano — prejudica a capacidade adaptativa do sistema (Grangeiro, Ribeiro e Miranda, 2020).

Além disso, nota-se que, em vez de valorizar os saberes subjetivos (Nuechterlein, Boyle e Illes, 2024), o contexto incentiva estratégias individuais para lidar com a escassez, como aumentar a capacidade doméstica de reservação. Essas práticas elevam a resiliência pessoal, mas também ampliam desigualdades e desresponsabilizar o poder público, deslegitimando saberes posicionais e suas propostas

de solução (Larkin, Bortolotti e Lim, 2024). Essa dinâmica mostra a ambivalência dos processos de subjetivação, nos quais a autogovernança pode ser empoderamento e, ao mesmo tempo, reforçar assimetrias.

Em resumo, os achados mostram que a gestão hídrica em Bauru não é apenas técnica, mas envolve relações de poder-saber, nas quais diferentes regimes de verdade disputam a definição da água, seus usos e significados. A dialética entre esses regimes, oriunda das desigualdades estruturais e da fragilidade institucional, limita uma governamentalidade realmente inclusiva, sensível à diversidade e, portanto, justa. Esse cenário evidencia a necessidade de repensar a comunicação na gestão da água, ampliando a participação, reconhecendo saberes plurais e enfrentando as assimetrias da esfera pública hidropolítica.

6 CONSIDERAÇÕES

O artigo analisou as relações de poder-saber na esfera pública hidropolítica de Bauru/SP, considerando o contexto de recorrentes episódios de escassez hídrica. Ao focar as dinâmicas comunicacionais na gestão da água, os resultados mostram que a governamentalidade hídrica local é marcada por disputas entre saberes técnicos, mercantis e experienciais. Uma ontologia da água como produto econômico, em detrimento de sua compreensão como bem comum e condição de vida, limita a construção de uma esfera pública inclusiva e democrática. A fragilidade da incorporação da historicidade e da narratividade, bem como o atravessamento dessas percepções por hierarquias sociais, gera desigualdades sócio-epistêmicas, estigmatizando populações vulneráveis e mantendo privilégios no acesso à água.

Os achados sinalizam possibilidades para pesquisas futuras sobre políticas públicas, comunicação e relações de poder-saber na gestão hídrica no Brasil. Investigações podem comparar diferentes contextos institucionais, aprofundar metodologias arqueológicas e genealógicas dos discursos, e analisar os efeitos de estratégias comunicacionais para ampliar a participação e a legitimidade epistêmica. Reconhecemos as limitações do estudo, como o recorte empírico localizado, a opção por entrevistas em profundidade e a própria modelagem analítica da esfera pública em

eixos, que podem ser revistas em pesquisas posteriores. Ainda assim, os resultados evidenciam a importância da comunicação nos processos de governamentalidade da água e a necessidade de integrar saberes plurais, enfrentando as assimetrias que atravessam o campo hidropolítico.

AGRADECIMENTOS

A produção do artigo recebeu o apoio e financiamento de bolsa do Programa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, Código de Financiamento 88887.932681/2024-00.), a nível de doutorado.

REFERÊNCIAS

- BARBATI, Daniela O. **Crises Hídricas Urbanas e Autoabastecimento: o caso de Bauru/SP**. 2025. 84 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Recursos Minerais e Hidrogeologia) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAURU – Câmara Municipal. Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito 116/21 referente a execução do Plano Diretor de Água do Município de Bauru/SP. Bauru: Câmara Municipal de Bauru, 2021.
- BRANCAZIO, Nick; LEVY, Neil. Do we still need experts? *In*: FARINA, Mirko; LAVAZZA, Andrea. **Philosophy, Expertise and the Myth of Neutrality**. Nova York: Routledge, 2024. p. 53-72.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- EMPOÇADOS: os rios contam Bauru. Direção: André Turtelli Poles e Liene Saddi. 14 min. Bauru: Estúdio 2B, 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings 1972-1977**. Nova York: Pantheon Books, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. v. 1. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- GARDE-HANSEN, Joanne. **Media and Water: Communication, Culture and Perception**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2021.
- GRANGEIRO, Ester Luiz A.; RIBEIRO, Márcia Maria R.; MIRANDA, Livia Izabel B. Integração de políticas públicas no Brasil: o caso dos setores de recursos hídricos, urbano e saneamento. **Cad. Metrop.**, v. 22, n. 48, p. 417-434, 2020.
- HELLBERG, Sofie. **The Biopolitics of Water: Governance, Scarcity and Populations**. Londres: Routledge, 2018.
- HELLBERG, Sofie. Critical and post-structural approaches to water and development. *In*: HELLBERG, Sofie *et al.* **Routledge Handbook of Water and Development**. Londres: Routledge, 2023.
- LARKIN, Michael; BORTOLOTTI, Lisa; LIM, Michele. Expertise as Perspectives in Dialogue. *In*: FARINA, Mirko; LAVAZZA, Andrea; PRITCHARD, Duncan (orgs). **Expertise: Philosophical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2024. (p. 65-84)

LINTON, Jamie. **What is Water?** The History of a Modern Abstraction. Vancouver: UBC Press, 2010.

LINTON, Jamie. Waters in the Plural: Approaches and opportunities for more grounded research and management. **Geocarrefour**, v. 96, n. 2, p. 1-13, 2022.

LINTON, Jamie; PAHL-WOSTL, Claudia. Drawing from Indigenous ontologies and practices to rethink European water policy. **River Research and Applications**, v. 40, n. 9, p. 1671-1686, 2023.

McEWEN, Lindsey *et al.* Building local capacity for managing environmental risk: a transferable framework for participatory, place-based, narrative-science knowledge Exchange. **Sustainability Science**, v. 17, p. 2489-2511, 2022.

McGREGOR, Deborah; SRITHARAN, Mahisha; WHITAKER, Steven. Indigenous Peoples, Sustainable Development, and Ontologies of Water. In: HELLBERG, Sofie *et al.* (orgs). **Routledge Handbook of Water and Development**. Londres: Routledge, 2023. p. 71-84.

NUECHTERLEIN, Anna; BOYLE, Quinn; ILLES, Judy. Reimagining expertise and neutrality towards epistemic justice in research, clinical translation and policy: A perspective from neuroethics. In: FARINA, Mirko; LAVAZZA, Andrea. **Philosophy, Expertise and the Myth of Neutrality**. Nova York: Routledge, 2024. p. 111-127.

POLLACHI, Amauri; PEIXOTO, Clariana M. S.; ALVES, Estela M. Desafios do abastecimento público de água: o caso do estado de São Paulo e a privatização da Sabesp. In: SILVA, José Irivaldo A. O.; JACOBI, Pedro Roberto (orgs.). **Segurança hídrica: governança, ação e participação**. Jundiaí: Paco, 2025.

REID, Julian. Neoliberalism, Development and Resilience. In: CAHIL, Damien *et al.* (orgs.) **The SAGE Handbook of Neoliberalism**. Londres: SAGE Publications, 2018.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SOUZA, Vanessa V. C.; FRACALANZA, Ana Paula; CÔRTEZ, Pedro Luiz. Injustiça hídrica em período de escassez: uma análise do caso do município de São Paulo. **Ambiente e Sociedade**, v. 28, p. 1-21, 2025.

TURNER, Stephen P. **The Politics of Expertise**. Nova York: Routledge, 2014.

Original recebido em: 12 de abril de 2026

Aceito para publicação em: 27 de maio de 2026

Vinícius Lauriano Ferreira

Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas, graduado em Filosofia e especialista em Filosofia Moderna e Contemporânea: aspectos éticos e políticos, mestre e doutor em Comunicação. Pesquisa os tensionamentos da esfera pública e a dialética da tomada de decisão, articulando filosofia da comunicação e análise empírica da deliberação. Sua abordagem articula ética do discurso e relações poder-saber. Atua no *Climate Reality Project*, na interface entre comunicação, crise climática e justiça socioambiental. Trabalhou por nove anos na Educação Básica, com ênfase em práticas educomunicativas.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional